



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos
com NEE na escola: Desafios e perspectivas**

MÁRCIA APARECIDA DE SOUSA MONTANHA GRANATO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Márcia Aparecida de Sousa Montanha Granato

**A percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos
com NEE na escola: Desafios e perspectivas**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadores: Prof. Dr^a. Maristela Rossato

Dr^o Luiz Roberto Rodrigues Martins

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Márcia Aparecida de Sousa Montanha Granato

**A percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos
com NEE na escola: Desafios e perspectivas**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/12/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof.^a Dr.^a. Maristela Rossato; Dr.^o Luiz Roberto Rodrigues Martins
(Orientadores)

Prof.^a Dr.^a. Luciana Campolina
(Banca)

Márcia Aparecida de Sousa Montanha Granato
(Aluno)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a todas as crianças, que já passaram pela minha prática e experiência profissional, pelas as quais tenho a pura convicção, que de alguma maneira, fiz a diferença, em suas vidas. Principalmente aquelas que possuem algum comprometimento, seja físico ou intelectual, que, no dia-a-dia, contribuíram e continuam contribuindo, para que o meu trabalho seja transformador, justo e responsável. A todas elas, meu sincero respeito e agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me encorajar e renovar minhas forças, a cada dia.

Aos queridos professores e familiares das crianças com deficiência intelectual que participaram e colaboraram com esta pesquisa.

Aos meus familiares pela compreensão e colaboração, aos meus filhos, Yasmin e Luiz Felipe pelas vezes que me ausentei ao me dedicar a este trabalho, ao meu esposo Gilberto pela paciência e pelo incentivo.

RESUMO

O tema pesquisado foi à percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos com NEE na escola, desafios e perspectivas. O presente trabalho teve por finalidade estudar o processo de inclusão, numa escola regular no município de Ipatinga MG, observando e analisando a percepção e o olhar dos docentes e das famílias dos alunos com NEE. Para a produção de dados foi utilizada entrevistas, aplicadas ao grupo de quatro docentes que atuam com crianças com deficiência intelectual e quatro familiares. Pensar na educação inclusiva requer mudanças na maneira de ensinar e aprender. É repensar a prática pedagógica pautada no respeito e na valorização das diferenças. Criando espaços, estratégias de ensino, adaptações curriculares, modos alternativos de aprendizagem, percebendo que o ser humano se desenvolve singularmente e unicamente por meio de suas interações e relações estabelecidas com o meio sociocultural ao qual está inserido. Portanto falar em educação inclusiva é falar do professor como mediador do processo, que estimula que motiva e cria condições e um ambiente favorável à aprendizagem. Para o embasamento teórico fez-se o estudo de vários autores, como Kelman [et al] (2010), Mantoan (2004,2006), Maciel e Raposo (2010) dentre outros.

Palavras-Chave: Deficiência intelectual – Percepção – Docentes - Educação Inclusiva - Adaptações curriculares

SUMÁRIO

RESUMO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1- Contextos sociais do desenvolvimento	10
2.2 - A criança com deficiência intelectual	14
2.2.1 Conceito, classificação, principais causas e prevenção	14
2.2.2 A aprendizagem da criança com deficiência intelectual.....	16
2.2.3 - Adaptações curriculares, estratégias e processos de intervenção.....	19
3. OBJETIVOS.....	24
3.1 Objetivo geral	24
3.1 Objetivos específicos	24
4. METODOLOGIA.....	25
4.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia	25
4.2 - Contexto da pesquisa.....	25
4.3 – Participantes	26
4.4 – Materiais	27
4.5- Instrumentos e procedimentos de construção de dados	27
4.6- Procedimentos de Análise de Dados	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1-Análise das informações produzidas pelos professores	29
5.2- Análise das informações produzidas pelos pais	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	42
A-Roteiro de entrevista para professor (modelo)	42
B- Roteiro de entrevista para os pais (modelo)	44
ANEXOS.....	46
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	46
B - Termo de consentimento livre e esclarecido – professor (modelo)	47
C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo).....	48

1. APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto de que toda criança aprende, com tempos, modos e expressões singulares, independentemente de suas condições físicas, sociais e/ou mentais, esse trabalho visa identificar as percepções dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão nas escolas regulares. Nesse sentido, partimos dos questionamentos sobre como ocorre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, a avaliação e a intervenção dos docentes no contexto do ensino regular. Indagamos como o olhar do docente e das famílias em relação aos processos cognitivos, o desenvolvimento das capacidades, a personalidade dos alunos com deficiência intelectual. Como as adaptações curriculares, podem impactar nos processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança com Necessidades Educacionais Especiais-NEE. A partir dessas questões, pretende-se compreender como os docentes se posicionam diante dos desafios e como desenvolvem suas estratégias de ensino para possibilitar a aprendizagem das crianças com NEE, de modo especial, aquelas que apresentam deficiência intelectual.

Para que a inclusão ocorra de modo satisfatório, necessita-se que a escola e os profissionais que irão acolher as crianças com NEE, estejam preparados para atendê-las de modo a garantir o seu desenvolvimento, que possa oferecer à criança incluída a igualdade de oportunidades e condições diferenciadas. A inclusão não se limita apenas a matricular a criança na escola regular, é preciso que ela consiga interagir de acordo com suas potencialidades com outras crianças e tenha condições de permanência neste ambiente. Investigar e analisar os principais contextos de desenvolvimento desse aluno com deficiência intelectual torna-se extremamente relevante, a fim de promover melhorias nas práticas educacionais elevando a qualidade da educação, a promoção da igualdade, do respeito às diferenças e do convívio social.

No contexto escolar percebe-se um discurso que nem sempre é coerente e condizente com a realidade praticada pelos docentes e demais profissionais, no que tange ao processo de inclusão. Professores e gestores do ensino regular, diante dos desafios de tornar a escola um espaço educativo, de interação e aprendizagem, depara-se com as diversidades e complexidades do desenvolvimento marcado pela singularidade humana. Daí a necessidade e interesse de investigar esse tema por meio de pesquisa qualitativa que busque compreender essa complexidade.

Em minha experiência profissional, por inúmeras vezes, me deparei com declarações de professores que se sentiam sozinhos, incapacitados, e, até mesmo, frustrados, em relação ao fracasso da aprendizagem de seus alunos com NEE. Na maioria das vezes, eles não sabem que caminhos e estratégias devem percorrer para auxiliar seus alunos, pois existe uma gama de possibilidades, muitas barreiras e desafios para a inclusão desses alunos. Partimos do pressuposto de que conhecendo um pouco mais sobre a realidade e a complexidade que envolve este processo, a aprendizagem das crianças com NEE, a prática e percepção dos docentes em relação ao processo de ensino-aprendizagem, torna-se possível uma maior compreensão e reflexão acerca da prática educacional. Enfatizamos, ainda, a importância de o professor refletir e pesquisar a sua própria prática como recurso que possibilita ampliar seu referencial de trabalho com crianças com NEE.

A presente pesquisa tem como foco compreender a percepção dos docentes e das famílias em relação aos desafios e perspectivas que o processo de inclusão estabelece, contribuindo assim, para promoção e ressignificação do ensinar e do aprender. Pretende-se também reunir pressupostos teóricos que sustentem a prática inclusiva como sendo possível de ser desenvolvida. Observar o trabalho pedagógico no contexto inclusivo, levando em conta a relevância do contexto social e cultural no desenvolvimento humano pode permitir perceber que o sujeito com desenvolvimento atípico, também possui desejos, interesses, sonhos, e pode ser capaz de transformar o meio em que está inserido. Na condição de sujeito as influências sociais em seu desenvolvimento se configuram a partir das relações estabelecidas com o(s) outro(s) envolvido nessas relações. Estas relações podem contribuir, ou não, para o desenvolvimento do aluno com NEE, porém, para isso é necessário que professores e alunos aceitem as diferenças e a diversidade como a base do processo educacional.

Por meio da inserção e da interação social, torna-se relevante elaborar estratégias e metodologias que favoreçam a aprendizagem da criança com NEE, com a finalidade de se alcançar o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da socialização, da iniciativa e da autoestima, preparando a criança para ser um sujeito-cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor, independente das diferenças e peculiaridades. Sendo assim, torna-se imprescindível conhecer os caminhos e estratégias adotadas, analisando e refletindo sobre a percepção dos docentes em relação ao processo de inclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1-Contextos sociais do desenvolvimento

Atualmente vivenciamos um momento em que a educação inclusiva tornou-se, ao longo de sua trajetória, um marco na sociedade. Realidade em muitos países, a concepção de educação inclusiva tem como princípios básicos a garantia dos direitos à educação para todos. O tema tem sido muito discutido e, cada dia, ganha mais adeptos. No Brasil, algumas leis serviram como base para a tentativa de construção de propostas inclusivas visando à reestruturação e organização dos sistemas educacionais, mas ainda não possuímos uma legislação que seja essencialmente inclusiva em relação à educação inclusiva. Um exame de toda a nossa legislação, que se aproxima um pouco mais ou menos do ideal inclusivo no campo educacional, é oferecido pelo documento “Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais-orientações gerais e marcos legais”, (BRASIL, 2004, sp) que diz a esse respeito:

A concepção de educação inclusiva, com base nos princípios do direito de todos à educação e valorização da diversidade humana fundamenta a política de educação especial que orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso de todos às escolas comuns da sua comunidade e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. (BRASIL, 2004)

Grandes foram as conquistas em relação à Educação Inclusiva e ao reconhecimento dos direitos humanos e, dentre esses direitos, à educação escolar é considerada fundamental. Segundo MARSHALL, (1967, apud, LEANDRO, 2009) os direitos civis, são aqueles necessários à liberdade individual, de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, da propriedade. Trata-se do direito que concebe os contratos sociais e o direito à justiça. Além disso, mesmo proclamada como direito social, reconhecida legalmente em quase todos os países do mundo desde a Segunda Guerra Mundial, a educação escolar não é ainda uma certeza para todos, mesmo que mínima, haja vista que o compromisso do Estado tem geralmente se limitado ao Ensino Fundamental: oito a dez anos conforme o país, quando não somente os quatro primeiros anos de escolarização.

Segundo dados levantados e discutidos por Mantoan (2004), a educação especial no Brasil se estruturou segundo modelos assistencialistas e segregativos de atendimento e pela segmentação das deficiências, fatos esses que contribuíram para a formação escolar e a vida social das crianças e jovens com deficiência que aconteciam de forma isolada, à parte.

Excluídas da sociedade e da família, pessoas com deficiência eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida, com consentimento governamental, mas sem nenhum outro tipo de envolvimento por parte do governo.

O paradigma da inclusão foi marcado pelos movimentos sociais de luta dos familiares e das próprias pessoas com deficiência. A luta foi fortalecida pelo lema “Participação Plena e Igualdade”, que defendia a necessidade de adaptação e preparação das pessoas com deficiência para participarem em todos os aspectos da sociedade.

Com a intensificação desses movimentos sociais que conscientizaram e sensibilizaram a sociedade, surgiu um novo paradigma para a inclusão das crianças com NEE. Segundo dados publicados pela revista Inclusão, (MEC 2005), pode-se dizer que o termo inclusão surgiu, a princípio, como uma alternativa à integração. Na tentativa de eliminação dessas situações de desintegração e exclusão em que muitos alunos se encontravam. Destacando também a importância de reconstruir o enfoque deficitário individualista e médico dominante e como reivindicação de que todos os alunos com ou sem necessidades educacionais especiais tenham direito à educação de qualidade, nas classes comuns do sistema regular de ensino, conforme previsto em lei.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (CAPÍTULO V Da Educação Especial Art. 58º)

De acordo Mendes (2006), o princípio da inclusão escolar é defendido como:

(...) uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a (equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças (p.395).

As mobilizações de direitos humanos constituiu o maior cenário dentro do qual foram surgindo movimentos sociais específicos que foram significativos para a evolução da educação inclusiva em todo o mundo, dentre eles o movimento de direitos das pessoas com deficiência, o movimento da vida independente, as convenções internacionais como a Declaração de Salamanca, Programa de Ação Mundial para as pessoas deficientes (ONU), Declaração Mundial para Todos, Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para pessoas

com deficiências, Declaração de Kochi, dentre outros. Especificamente as Legislações Nacionais como Lei 7.853, de 24/10/1989, Lei 8.069, de 13/07/1990, Lei 8.859, de 23/03/1994 e a Lei 93/94, de 20/12/1996, conhecida como Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), foram marcos importantes na garantia dos direitos das pessoas com NEE. A LDBEN, por exemplo, estabelece em seu artigo 4º, inciso III, como dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidade especiais, preferencialmente na rede regular de ensino e, nos artigos 58 e 60, como deve ser a educação especial;

A Constituição Brasileira (1988) assegura que todas as crianças tenham o direito de ser, sendo diferente nas escolas, institui como princípio básico do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (Art.206, inciso I)

Analizando a evolução da educação especial no Brasil, percebe-se que o cenário das políticas educacionais inclusivas aponta para avanços significativos, marcados por grandes conquistas dentro dos contextos histórico-culturais.

No entanto, (ANGELUCCI, 2002) chama a atenção para o fato de que ainda, haja práticas educacionais, que excluem grande parte da população brasileira, negando-lhe acesso e permanência no ensino regular. Práticas estas, que ocorrem no âmbito escolar, a partir das relações estabelecidas e da criação de mecanismo do sistema, que podem levar ao fracasso, reprovação/evasão/exclusão dos alunos. A autora chama a atenção para o fato de que a maneira como as políticas públicas são formuladas e implantadas, podem prejudicar a qualidade do ensino, desconsiderando o trabalho coletivo e democrático das diretrizes de Educação.

Baseando-se nas ideias da autora (ANGELUCCI, 2002) pode-se dizer que a questão da inclusão no Brasil, ainda necessita de muitos debates, discussões que levem a perspectivas para mudanças. O processo de inclusão não se restringe aos preceitos legislativos, formação de professores, capacitação, adaptações arquitetônicas, políticas públicas não garantem que o processo seja bem-sucedido, necessita mudanças nas concepções de ensinar e aprender, perpassando também pela aceitação das diferenças e individualidades de cada um. Os professores devem conhecer bem o potencial e as possibilidades de seus alunos, e buscar na prática educacional e na organização do ensino, estratégias e caminhos alternativos que possibilitem situações de aprendizagem significativa e a interação de todos os educandos, independentemente de suas peculiaridades.

Responder a diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem a mesma coisa, na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos materiais. A questão central é como organizar as situações de ensino de forma que seja possível personalizar as experiências de aprendizagem comuns. [...] (COLL, MARCHESI, PALACIOS, 2004 p.293).

Percebe-se que o movimento de inclusão tem sido uma constante preocupação, presente não só nas demandas escolares, mas abrangente em outros contextos sociais de desenvolvimento. E que vai além da acessibilidade, da implementação de leis e diretrizes. Requerem novas maneiras de pensar e repensar a prática pedagógica, voltadas para as questões da diversidade de capacidades, de interesses, ritmos e estilos de aprendizagem que cada educando apresenta. Sabe-se que não é uma tarefa simples, pelo contrário, requer estudos pesquisas, debates, ações planejadas, e também a criação de políticas públicas mais claras e exequíveis, para o apontamento de soluções para os problemas enfrentados em relação à inclusão.

Sobre a proposta de inclusão no Brasil, (Mantoan, 2012) afirma:

Os caminhos até então percorridos para que escola brasileira acolha a todos os alunos, indistintamente, têm se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregado e conservador de nosso ensino, em todos os níveis: básico e superior.

E é nesse sentido que se vê necessário uma transformação em relação às concepções do ensinar e aprender, demandando a busca constante da reformulação e flexibilização do currículo, de modo que contemple uma pedagogia na perspectiva inclusiva. Segundo (MACIEL & RAPOSO, 2010), a aprendizagem é um conceito complexo de definir, envolve dimensões socioculturais e políticas que articulam com outros conceitos como cultura, currículo e conhecimento. Enfoca dimensões de inclusão, no papel do currículo e na formação docente, na medida em que utiliza diversificadas estratégias de intervenções pedagógicas, baseando-se nos processos de interação e na valorização das relações estabelecidas nas salas de aulas inclusivas, ampliando as reais possibilidades de aprendizagem, especialmente no que diz respeito à garantia de participação e permanência dos sujeitos com deficiência intelectual no ensino regular, assegurando-lhe um ensino de qualidade.

Em relação ao paradigma da inclusão (MENDES, 2006) destaca que:

O paradigma da inclusão globaliza-se e torna-se, no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas. A inclusão, em contrapartida, estabelecia que as diferenças humanas fossem normais, mas, ao mesmo tempo,

reconhecia que a escola estava provocando ou acentuando desigualdades associadas à existência das diferenças de origem pessoal, social, cultural e política e, por isso, pregava a necessidade de reforma educacional para prover uma educação de qualidade para todas as crianças.

Atualmente a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

O termo NEE é hoje utilizado no contexto educacional para designar os alunos que apresentam alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem e que suscita interpretação. Segundo Borges (2005, p. 03, apud, MAZZOTA, 1996);

Um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado.

Para Carvalho (1999, p.59, apud, MAZZOTA, 1996), a história da educação especial no Brasil, no que se refere ao contexto escolar, foi trazendo ao longo do tempo relatos sobre a modificação na forma de tratamento dos alunos da Educação Especial. De excepcionais, passaram a ser chamados de portadores de deficiência, deficientes, alunos com necessidades especiais, e atualmente, alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). A modificação na nomenclatura se deu na busca de não os rotular e melhorar a sua qualidade de vida, principalmente evitando-se ambiguidades e má interpretação dos termos utilizados. Se considerarmos o termo educacional, em nossa língua, significa que educa que promove educação. Ora, as necessidades referentes à, ou no âmbito da educação, são necessidades educacionais (CARVALHO, 1999). Portanto, necessidades educacionais especiais podem ser relacionadas não somente aos alunos com alguma deficiência, mas à maioria dos alunos de escolas regulares, já que ao longo de toda a escolaridade, podemos ter nos deparado com alguma necessidade especial ou alguma dificuldade de aprendizagem.

2.2- A criança com deficiência intelectual

2.2.1- Conceito, classificação, principais causas e prevenção.

Deficiência vem da palavra *deficientia* do latim e sugere algo que possua falhas, imperfeições, não é completo. É o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa (OMS, 2007).

A convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº. 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação. (SEESP/ SEED/ MEC, AEE Deficiência Mental, 2007).

Esse termo veio substituir, de forma conceitual e valorativa, a denominação deficiência mental (SASSAKI, 2006), que ainda pode ser encontrada na legislação brasileira que trata das pessoas com deficiência relacionada à cognição, associada ao intelecto, e à adaptação social.

O termo deficiência mental foi utilizado a partir do século XIX. Inicialmente o conceito foi construído e empregado pelo modelo médico para classificar, denominar e conceituar aqueles que possuíam um problema no seu desenvolvimento mental, na área cognitiva, que influenciava na sua autonomia e independência e na sua adaptação ao meio social (OPM/OMS, 2004).

Deficiência intelectual veio justamente substituir e ampliar a conotação e representação de termos anteriores tais como débil mental, idiota, retardado mental, excepcional, incapaz mentalmente e erroneamente associado a transtornos mentais, como o maluco ou o louco, construídos e utilizados por médicos da corrente organicista, em determinados períodos históricos da sociedade europeia (PESSOTTI, 1984).

Dados publicados pela APAE de São Paulo apontam que a deficiência intelectual, segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado às limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

Coll, Marchesi e Palacios (2004) fazem uma observação importante sobre a deficiência mental, que se constitui como uma condição permanente, não imutável, refere-se a limitações muito generalizadas em capacidades ou aptidões, relacionadas aos processos de pensamento e de aprendizagem, ou seja, uma determinada limitação intelectual.

Pesquisas divulgadas pela APAE de São Paulo destacam que a pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas. Muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem. É resultado, quase sempre, de uma alteração no desempenho cerebral, provocada por fatores genéticos, distúrbios na gestação, problemas no parto ou na vida após o nascimento.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos pesquisadores da área é que em grande parte dos casos estudados essa alteração não tem uma causa conhecida ou identificada. Muitas vezes não se chega a estabelecer claramente a origem da deficiência.

Há diversos autores na medicina que estudam as causas da deficiência intelectual. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), são várias as causas da deficiência intelectual, tais como: dano genético causado por genes anormais herdados dos pais; dano causado dentro do útero resultado de um desenvolvimento inapropriado do embrião ou do feto durante a gravidez, sendo a rubéola um exemplo comum de doença que pode afetar o bebê, assim como o vírus HIV que pode também danificar o crescimento do cérebro; dano ocorrido no nascimento ou logo depois, quando o bebê tem problemas durante o parto, como, por exemplo, se não recebe oxigênio suficiente por muito tempo; acidentes e doenças; lesões causadas no cérebro decorrentes de quedas ou acidentes; entre outras doenças, como sarampo ou meningite podem estar na origem de uma deficiência intelectual, se não forem tomados todos os cuidados de saúde necessários; causas sociais, como por exemplo, crianças que são extremamente privadas de carinho, afeição e estimulação também podem apresentar casos extremos de deficiência intelectual. Estudos apontam, entretanto, que um terço ou mais das crianças não encontraram uma causa para sua deficiência. Recomendando que a mesma causa possa produzir efeitos diferentes, ou seja, cada caso é um caso restrito. A criança pode crescer e se desenvolver de maneira muito parecida com as demais crianças. Enquanto algumas, com o mesmo dano genético possuem uma deficiência intelectual abrangida.

2.2.2- A aprendizagem da criança com deficiência intelectual

Para se ter uma maior compreensão acerca do desenvolvimento e da aprendizagem da criança com deficiência intelectual, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre sua personalidade e seus modos de agir e pensar. Levando em conta que cada sujeito possui um modo singular e peculiar de se desenvolver, apresentam princípios distintos, marcado pelas

interações e pelas influências que recebem do meio ao qual está inserido, em diferentes contextos, escolas, família, igreja, etnias, cultura entre outros. Segundo KELMAN, 2010, baseando nas perspectivas histórico-cultural, desenvolver-se significa mudanças no comportamento, transformações inter-relacionadas à cultura e as interações entre sujeitos.

Quanto à personalidade das pessoas com deficiência mental, Cool, Marchesi, Palacios, (2004) destacam:

O atraso, a imaturidade evolutiva e o déficit mental costumam associar-se a algumas características que não são de inteligência ou de estilo cognitivo, mas de padrões de comportamento: de personalidade. [...] Seguramente, o traço mais visível nessas pessoas é a rigidez comportamental. São capazes de estar e de persistir muito mais tempo que outras pessoas em determinadas tarefas, por mais repetitiva que seja. (COOL, MARCHESI, PALACIOS, 2004 p. 199).

Sendo assim, se cada ser humano possui características distintas e modos peculiares de desenvolver-se, não existe um grupo homogêneo entre pessoas com deficiência intelectual. Daí a necessidade de repensar a prática educacional, sob o enfoque inclusivo, que se baseia no respeito às diferenças. Conhecendo o aluno com NEE, em sua totalidade, sem pautar-se em seus aspectos deficitários, analisando suas capacidades, e investigando suas condições pessoais de aprendizagem, seu foco de interesses, e até que ponto suas necessidades específicas afetam em sua aprendizagem, para traçar caminhos e alternativas que favoreçam e facilitem seu desenvolvimento.

Em relação à aprendizagem das crianças com NEE, no espaço educacional, no que tange ao desenvolvimento atípico, a inclusão se torna um desafio no trabalho com a diversidade, pois a cultura e a sociedade sinalizam para muitas ações excludentes. Ao nos depararmos com “o diferente”, por vezes nos acomete certa inquietação angustiante, que e nos tiram da zona de conforto, passamos a desencadear ações, pensamentos e/ou comportamentos, em relação ao qual estamos acostumados. Comportamento estes que podem nos levar a incompreensão da diversidade humana. Sobretudo situações aquelas, que diferem do comportamento que a sociedade coloca como um padrão de comportamento dito “normal”, etnocêntrico, aceito e tido como modelo, então os que não se encaixam dentro deste padrão de comportamento, logo são inaceitáveis no grupo, se destacam pelo comportamento e atitudes, podendo ser rotulados, na maioria das vezes, como incapazes, apáticos, às vezes até indisciplinados. Enfim, tantos outros conceitos e expressões que lhe são atribuídos e que vão transformando o cenário da inclusão em exclusão. É preciso desmistificar essas práticas que impedem que o processo de inclusão seja bem-sucedido. Não existe modelo padrão de

desenvolvimento e de aprendizagem, cada ser é único, possui seu tempo e seu modo de desenvolverem-se, as condições de aprendizagens são diversas, é preciso igualar as oportunidades.

Todas as pessoas têm direito à educação, garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas as condições de aprendizagens são diversas, é preciso igualar as oportunidades. Essa Declaração propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...]”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 8-9).

No contexto educacional, sob a perspectiva da inclusão, o professor sente-se desafiado a lidar com as mais diversas exigências que as necessidades educacionais têm demandado. Neste sentido suas ações devem estar pautadas na mediação, na flexibilização e nas adaptações curriculares, pois muitos são os desafios que emergem na prática educacional desse processo. A sala deve ser um ambiente socializador, pois o convívio social possibilita o desenvolvimento de muitas capacidades e competências nas crianças com NEE. Acredito que para essa mudança o professor deve estar sempre refletindo sobre suas práticas, pois o trabalho com crianças especiais necessita muita reflexão, teoria e prática que qualificam a educação.

É preciso compreender que o desenvolvimento humano é único, marcado por singularidades e especificidades de cada ser, e que cada aprendizagem ocorre em diferentes espaços e momentos, e que as influências socioculturais são relevantes para a transformação dos sujeitos, independentemente de suas condições físicas, sociais e mentais.

Ainda sobre a compreensão do processo de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, estudiosos, baseando-se nas correntes teóricas apontadas por Vygotsky destacam que o desenvolvimento está condicionado ao meio sociocultural e as interações do sujeito. Para Vygotsky, o mecanismo da compensação, que consiste em dar condições e estabelecer interações, possibilita a aprendizagem, ao proporcionar o maior número possível de elementos pedagógicos baseados na compensação. Não possibilita a cura da deficiência, no entanto, oferece alternativas que contribuem para o desenvolvimento. [...] todo defeito cria os estímulos para uma compensação” (VIGOTSKY, 1997, p. 14).

Vygotsky (apud MACIEL, 2010) afirma que as crianças deficientes seguem as mesmas leis de desenvolvimento das outras crianças, mas necessitam de caminhos alternativos, implicando a necessidade de uma diversidade metodológica de estratégias, com materiais alternativos para a superação das limitações. Ao apresentar a discussão sobre mecanismos compensatórios, defendem que é na vida social e coletiva que a criança com deficiência encontra recursos para a formação das funções internas que desencadeiam o processo compensatório, as limitações ou “defeitos” impulsionam os sujeitos à medida em que criam estímulos para avançar.

2.2.3 Adaptações curriculares, estratégias e processos de intervenção

A educação tem por finalidade possibilitar que os educandos tenham acesso a níveis mais elevados de desenvolvimento e aprendizagem. Em termos legais, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Lei nº 9.394/96 que trata sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional defendem que a finalidade maior da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sobre a orientação, a organização, a prática e os princípios da Inclusão a declaração de Salamanca (1994) propõe;

7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (UNESCO, 1994)

A garantia e o sucesso do processo de Inclusão no âmbito social e educacional têm sido muito discutidos atualmente, tido como um desafio, desencadeado por diversos fatores, como falta de estrutura física, barreiras atitudinais na escola, preconceito, discriminação, despreparo dos professores, ineficácia ou ausência de políticas públicas, negação de direitos.

Nessa perspectiva vemos que a escola, como principal contexto de desenvolvimento, deve procurar garantir meios de eliminar essas possíveis barreiras que impedem a inclusão e a garantia de direitos. Buscando reflexão, observando a trajetória e os caminhos até então

percorridos, a fim de promover mudanças, não só na flexibilização do currículo, nos campos metodológicos, mas também mudanças na concepção do ensinar e do aprender.

A visão da sociedade de um modo geral e a concepção dos docentes na prática educacional, e principalmente no que concerne a avaliação e ao processo de intervenção, na maioria dos casos partem do pressuposto que todos são iguais; os livros didáticos com suas perguntas e respostas prontas, os planejamentos e avaliações fechadas e fixas não conseguem responder a essas novas demandas da escola contemporânea.

O acesso dos alunos com deficiência intelectual também deve estar garantido no sistema educacional, assim como qualquer outro tipo de necessidade educativa especial. Sendo assim, deve constar como um compromisso político com a educação de todos, sem qualquer tipo de discriminação ou distinção, deve ser oferecido a estes adaptações curriculares, estratégias e metodologias que favoreçam o desenvolvimento e aprendizagem. A educação especial adquire extrema importância na definição, provimento e organização de serviços educacionais especializados para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos com deficiência intelectual e, para isso, devem-se prover professores especializados, currículos, técnicas e recursos educativos específicos para atender a este alunado (BRASIL, 2001, 2006a, 2007b).

Visto que o desenvolvimento humano é um processo singular, contínuo, dinamizado, resultante das interações com meio cultural e social, (KELMAN 2010), necessita-se a clareza de objetivos, ao delimitar as estratégias de intervenções e as adaptações curriculares, necessárias a cada indivíduo, lembrando que existem possibilidades distintas de desenvolvimento, o que caracteriza a singularidade do mesmo, estando inseridos e compartilhando dos mesmos espaços sociais e culturais, os indivíduos apresentam formas diferenciadas de aprendizagem. “As leis do desenvolvimento são as mesmas para todas as crianças: o que muda são os caminhos e alternativas para alcançar esse desenvolvimento” (KELMAN, 2010, p.23).

Em se tratando das crianças NEE fica evidente, a importância de levar em consideração suas especificidades, peculiaridades, interesses, promover a intervenção/mediação, onde os laços afetivos se entremeiam, levando à aprendizagem e, por conseguinte ao desenvolvimento.

Ainda nessa linha de pensamento vigotskiniano que aponta para a centralidade da constituição do sujeito, destacando que é na dinâmica interativa, nas atividades coletivas, que

os mecanismos de compensação podem ser ativados e a capacidade intelectual de cada sujeito não pode ser definida por prescrições generalizadas a partir de um determinado diagnóstico, mas deve orientar-se para os movimentos interpessoais e as variadas esferas de competências. Para o autor, a limitação ou o déficit torna-se um potente impulso para o sujeito avançar, justamente porque cria obstáculos, proporcionando estímulos à produção de uma compensação em função da plasticidade do funcionamento humano.

Assim sendo, quando conhecemos uma criança que apresenta peculiaridades no seu desenvolvimento, nunca podemos dizer qual será o nível intelectual que ela será capaz de atingir. Isso porque o processo de constituição da pessoa é ilimitado (MACIEL, 2010).

Nesta perspectiva, não há uma evolução linear de funções parciais, crescentes ou deficitárias [...] do ponto de vista quantitativo, mas ‘revoluções’ qualitativas relacionadas com a aparição de formas novas ou mais avançadas de mediação instrumental e/ou semiótica (DE CARLO, 1999, p.32).

Com relação à deficiência intelectual, a partir do momento em que um dos elementos que a define é a ausência de compreensão por parte da escola da maneira com que o aluno lida com o saber, com a produção de conhecimento, o atendimento educacional especializado deve privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais (BRASIL, 2007a). O referido documento ainda coloca:

O atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência mental está centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento. O conhecimento acadêmico refere-se à aprendizagem 419 do conteúdo curricular; o atendimento educacional especializado, por sua vez, refere-se à forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo (VELTRONE & MENDES, 2011, apud BRASIL, 2007^a, P.23) Ministério da Educação, 2007a, p. 23).

Em relação às adaptações pedagógicas e aos processos de intervenção, umas das estratégias e alternativas para o atendimento e a permanência da criança com deficiência intelectual na escola é o serviço de atendimento educacional especializado (AEE), previsto quando se fala na avaliação da condição da deficiência intelectual. Os objetivos previstos para este atendimento são: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2007b, p. 10).

Maciel (2010) destaca a importância histórica da educação especial, e faz menção de que o ensino especial não seja extinto, mas que seu atendimento seja modificado diante da

proposta inclusiva. O trabalho educacional com pessoas que apresentam peculiaridades no desenvolvimento precisa considerar as diversidades culturais, diferentes formas de comunicação e múltiplos modos de aprender e ensinar no contexto da sala de aula.

O papel do professor especializado, nesse sentido, se dá em parceria com professor da escola regular para atender as necessidades e potencialidades peculiares, de cada aluno, construindo conceitos e organizando contextos inclusivos de ensino-aprendizagem. A articulação desses professores demonstra ser eficaz no sentido de encontrar meios para facilitar o acesso do aluno ao currículo. Segundo (MACIEL, 2010) a proposta de educação inclusiva não depende de um fator isolado. A escola como principal contexto de desenvolvimento, deve reconhecer que a aprendizagem envolve dimensões sociais e afetivas, deve oferecer condições pedagógicas, e práticas educacionais que respeitem e valorizem as diferenças. Necessita também, priorizar o trabalho de articulação entre todos os profissionais responsáveis pela inclusão dos alunos com NEE. A inclusão depende de um fazer discutido, refletido, de novas tomadas de decisão, num processo dialógico de implementação e resistência no embate das crenças e valores de cada um, presentes no coletivo histórico de nossas cidades e que são capazes de gerar novas culturas, novas práticas e soluções para cada caso.

Sobre os direitos das pessoas com NEE Maciel (2010, p. 38) afirma que,

O marco legal da inclusão garante que todos têm o direito de participar como membro ativo da sociedade, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais. Educação inclusiva se refere não apenas às deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e às altas habilidades. Refere-se a todo grupo minoritário que, de uma forma ou de outra necessita de medidas educacionais diferenciadas quanto a processos de avaliação, de desenvolvimento curricular, de comunicação, dentre outros.

Na prática, isso significa que todos os alunos independentes de suas especificidades, ou necessidades, requerem de um atendimento diferenciado, com estratégias e propostas que respeitem suas maneiras e seu tempo de desenvolver-se, construindo novos saberes e ampliando seus significados, só assim enfrentaremos os desafios que o processo de inclusão estabelece na dinâmica educacional.

Segundo Beyer (2005), a educação inclusiva evoluiu como conceito e proposta institucional, caracterizando-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental baseia-se na heterogeneidade na classe escolar e no respeito às diferenças. Sendo

assim, alguns questionamentos se fazem presentes: estar incluído consiste em aprender como as demais crianças? Não estaria esta situação de inclusão equivocada, ou considerada como integração escolar?

Essas indagações nos levam a refletir sobre o currículo e as práticas pedagógicas, à altura do paradigma inclusivo, onde de fato o ambiente favoreça a aprendizagem das crianças, sem distingui-las ou separá-las, criando espaços do tipo com ou sem deficiência. Implica no pensar pedagogicamente sem demarcações, preconceitos, garantia do sucesso do processo de aprendizagem. Promover, na prática, um ambiente comum para atender a todos os alunos da classe, porém buscando estratégias diferenciadas para aqueles que requerem NEE.

3. OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

Compreender como os docentes se posicionam para o enfrentamento dos desafios que o processo de inclusão de quatro crianças com deficiência intelectual estabelece no ensino regular.

3.2 - Objetivos Específicos:

- Identificar a percepção dos docentes em relação à inclusão das crianças com deficiência intelectual;
- Descrever as adaptações curriculares, as ações, estratégias e desafios que os docentes realizam no processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual;
- Analisar os processos de avaliação e intervenção utilizados pelos docentes para propiciar o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual.

4. METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Para realização desta produção acadêmica pretende-se fazer uso de uma abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como parâmetros as ideias básicas citadas por Maciel & Raposo (2010, p. 74) sob o enfoque construtivista, abordando a importância do contexto para a aprendizagem. Isto é, só é possível compreender os processos envolvidos na aprendizagem quando essa experiência é observada a partir de contextos específicos e significativos.

A pesquisa de campo foi realizada em escola pública do município de Ipatinga, na qual estão matriculadas quatro crianças com deficiência intelectual no ensino fundamental anos iniciais. Constituída por observações e entrevistas, para coleta de dados, a fim de investigar a percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão e os principais desafios que este processo estabelece na dinâmica educacional.

Buscou-se com a realização desta pesquisa qualitativa descritiva um processo permanente de produção do conhecimento, a partir das indagações e anseios sobre os desafios que processo de inclusão estabelece, a fim de subsidiar nossa prática educacional. Sendo assim o professor se torna reflexivo, que pensa em suas ações, questiona, interroga e avalia os resultados. Analisando e apontando os principais desafios e barreiras que impedem que o processo ocorra de modo satisfatório, ampliando o olhar para uma aprendizagem significativa pautada no respeito, na ética, no combate a qualquer forma de discriminação,

4.2- Contexto da Pesquisa

Para realização deste trabalho foi escolhida a escola municipal V.S. situada no bairro B. na periferia do município de Ipatinga, que atende aproximadamente 900 alunos nas modalidades ensino fundamental I, anos iniciais e anos finais, do 1º ao 9º ano. Os alunos são do próprio bairro e alunos de bairros adjacentes, na faixa etária entre 06 a 16 anos de idade. As maiorias desses alunos moram com família, pai e mãe, outros moram apenas com as mães e ou avós. Apresentam nível socioeconômico baixo com renda de até um salário mínimo.

A escola V.S. é uma escola de grande porte, funciona nos horários de 07h00min a 11h15min com 15 turmas e no turno vespertino de 13h00min a 17h15min com 17

turmas. Possui atendimento educacional especializado (AEE) nos dois turnos, para que haja o atendimento no contra turno. Conta com uma sala de recursos multifuncional, com o uso de ferramentas e software, jogos e adaptações de materiais para a promoção do desenvolvimento dos alunos com necessidade educacionais especiais. Atualmente a demanda é de cerca de 8 alunos que apresentam necessidades educativas especiais, têm acompanhamento e possuem laudo médico, e ainda alunos que também apresentam NEE, e não possuem um laudo médico. Todos os professores possuem graduação em nível superior e a maioria possui especialização na área de atuação.

4.3- Participantes

Para a realização desta pesquisa foram escolhidos 04 professores que serão denominados P1, P2, P3 e P4 e as respectivas famílias dos alunos com NEE. O critério escolhido foi o perfil das turmas, ou seja, o fato destes professores trabalharem com turmas nas quais encontram-se alunos com deficiência intelectual incluídos.

O P1 atua no 1º ano do E.F. com 22 alunos matriculados, sendo 01 aluno com a síndrome de Williams 08 anos de idade. O P2 também atua no 1º ano, com 23 alunos, sendo 01 aluno com síndrome de Down, 06 anos de idade. O P3 atua no 4º ano do E.F., com 27 alunos sendo 01 com síndrome de Down, 14 anos de idade. P4 também atua no 1º ano, 21 alunos, sendo 01alunoque apresenta características de autismo, mileomeningocele lombar, hidrocefalia, atraso mental e suspeita de ossificação heterotópica em joelho esquerdo, segundo o laudo médico, com 07 anos de idade. Esse aluno apresenta limitações, pouca mobilidade nos membros superiores e total imobilidade nos membros inferiores, não articula a fala, apenas balbucios, utiliza cadeira de rodas. Os alunos foco da pesquisa foram denominados de A1, A2, A3 e A4.

Pretende-se a partir dos dados coletados, analisar a percepção destes docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, os processos de avaliação e intervenção e aos desafios que o processo de inclusão estabelece na dinâmica escolar. As famílias entrevistadas responderam questões abertas, foram denominadas F1 mãe do A1 da professora P1, F2 mãe do A2 da professora P2, F3 mãe da A3 da professora P3 e a F4 mãe do A4 da professora P4.

4.4- Materiais

Os recursos e materiais utilizados foram os seguintes:

- ✓ Roteiro de Entrevista Semiestruturada
- ✓ Gravador
- ✓ Câmeras

4.5- Instrumentos e Procedimentos de Construção de Dados

Para a realização da pesquisa foi desenvolvido um roteiro de entrevista semiestruturada com temas abertos visando atender os objetivos da pesquisa. A entrevista semiestruturada foi realizada mediante o consentimento do diretor da instituição, aplicada pela pesquisadora aos professores e pais investigados, cujos termos de consentimentos constam em anexo. Foi utilizado como instrumento de investigação neste trabalho um roteiro semiestruturado com perguntas abertas para facilitar a expressão dos participantes, visando investigar e compreender a percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão de quatro crianças com deficiência intelectual no ensino regular.

4.6- Procedimentos de Análise de Dados

Diante dos resultados foram levantados possíveis caminhos e estratégias para o enfrentamento das dificuldades e desafios, a fim de transformar as práticas de ensino-aprendizagem, visando à promoção do desenvolvimento, da igualdade e da melhoria na qualidade do ensino. A partir de pesquisas bibliográficas e estudos de referenciais teóricos que abordam o tema em questão, mantivemos o que propõe Maciel e Raposo (2010), ou seja, um diálogo na construção do conhecimento. Foi utilizada como instrumento de investigação uma entrevista seguindo um roteiro semiestruturado aplicados aos docentes (Apêndice A) e aos pais (Apêndice B) para análise e compreensão da percepção dos participantes em relação ao processo de inclusão de quatro crianças com deficiência intelectual no ensino regular. A fim de refletir sobre a prática educacional, buscando a melhoria na qualidade do ensino, para o aperfeiçoamento de novas práticas, novos saberes, novos olhares sob a inclusão escolar e o desenvolvimento humano.

Após a realização da entrevista com os docentes e com os familiares foi feita uma análise dos resultados, buscando identificar e contrapor as indagações e inquietações que permeiam nossas práticas e que visam à ampliação dos enfoques desta pesquisa. A análise foi realizada por meio de leituras interpretativas das respostas dos professores visando construir uma análise das mesmas, independentemente, de sua regularidade, ou seja, estabeleceu-se um olhar qualitativo para as percepções dos professores.

Conhecendo um pouco mais sobre a realidade e a complexidade que envolve o processo de inclusão, a aprendizagem das crianças com NEE, a prática e percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de ensino-aprendizagem, tornam-se possível, uma maior compreensão e reflexão acerca da prática educacional. Procurando enfatizar a importância de o professor refletir e pesquisar a sua própria prática, contribuindo para promoção e ressignificação necessária para transformar a realidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo foram discutidos os resultados das informações produzidas pelos participantes da escola pesquisada. Responderam a esta pesquisa 04 professores (P1, P2, P3, P4) que atuam diretamente com crianças com deficiência intelectual, incluídas no ensino fundamental regular e suas famílias (F1, F2, F3, F4).

5.1- Análise das informações produzidas pelos professores

Nas perguntas 1e 2 com o propósito de conhecer o perfil, a formação, o tempo de atuação e a percepção dos docentes em relação ao processo de inclusão dos alunos com NEE, ficou claro que dos quatro entrevistados todos possuem formação em nível superior, três com especialização concluída, um com especialização em curso. Quanto ao tempo de atuação todos com mais de 10 anos de prática. Em relação à percepção e ao trabalho com crianças que apresentam NEE dos quatro entrevistados, dois relataram que este ano foi à primeira experiência. Outros dois declararam já ter atuado com crianças com NEE em outros momentos. No que se refere à experiência profissional e atuação com crianças com NEE dos entrevistados P1 disse que atualmente se sente preparada para atuar com crianças com NEE, porém no começo de sua carreira não se sentia preparada, apenas a sua formação acadêmica não era suficiente para embasar sua prática. Declarou como um desafio o fato de o professor ter na maioria das vezes “que se virar sozinho”, sem nenhum apoio. Quanto à família nem sempre se encontra preparada para apoiar, muitas vezes não participa efetivamente do processo, por falta de conhecimento, interesse entre outros. Neste contexto, é comum encontrarmos professores se sentindo sozinhos, despreparados, famílias que nem sempre participam e acompanham os filhos como deveriam, barreiras atitudinais que estabelecem grandes desafios podendo significar ineficácia e/ou privação de direitos na tentativa frustrada de inclusão da criança com NEE nas escolas regulares.

Neste sentido Maciel e Raposo, (2010) afirmam;

“Frequentemente participantes do contexto escolar, professores, diretores, alunos, pais de alunos, etc., sentem-se sozinhos e frustrados por não saber onde procurar ajuda para solucionar problemas que o processo de inclusão estabelece para a dinâmica educacional”. [...] (MACIEL, RAPOSO, 2010, p.68)

P2 também apontou como um desafio à formação acadêmica dos docentes, que na maioria das vezes é insuficiente, e que é por esse motivo que procurou fazer sua especialização na área da educação especial, pois considera importante o professor procurar se embasar teoricamente e também, na medida do possível estar sempre pesquisando, se atualizando, a fim de buscar alternativas inovadoras para subsidiar sua prática educacional.

O P3 lamenta, mas, não se sente preparado para incluir de fato essa criança, se sente totalmente despreparada, principalmente por ser a primeira vez que atua com criança com NEE. Declarou que conhece os direitos e as legislações, porém na maioria das vezes, não consegue incluir essa criança, pelo fato de ainda existir “muitas falhas no sistema”, como, por exemplo, a falta de um profissional que possa acompanhar essa criança na sala de aula, também destacou a falta de apoio familiar.

O P4 se sente preparada para atuar com a criança com NEE, considera extremamente importante incluir essas crianças no ensino regular, porém apontou a necessidade de melhorias no processo. “Acredita que muita coisa ainda possa melhorar no que diz respeito ao processo de inclusão”, compara tempos atrás com os dias atuais, e reconhece que houve muitos avanços, no entanto, apontou como desafio a formação e despreparo dos docentes, e também citou a questão da resistência por parte de alguns colegas e até mesmo dos pais na aceitação das diferenças. Julga ser essencial o trabalho voltado para a aceitação e o respeito às diferenças, a fim de promover mudanças na maneira de agir e pensar, não só dos professores, mas de todos os envolvidos no processo de educação declarou que “Ninguém é igual a ninguém, não existe pessoas iguais, temos que nos aceitar do jeito que somos”.

Sobre esse respeito MARSHEI, (2004, p.31) diz:

[...] há um avanço nas últimas décadas das escolas inclusivas, um tipo de escola capaz de tornar efetivo o direito de todos os alunos a uma educação integradora. A prática desse tipo de educação, contudo supõe mudanças profundas nas escolas e nas salas de aulas. Supõe também ter consciência dos problemas que existem avaliar os resultados que se obtém, analisar a transição dos alunos com necessidades educativas especiais da escola para a vida adulta e questionar esses alunos sobre suas experiências e sua vida.

Em relação à pergunta 2 sobre a importância da inclusão para as crianças com NEE em suas famílias, os quatro professores entrevistados apresentaram um conhecimento prévio em relação ao processo de inclusão, citando como pontos importantes a inclusão e a aceitação dessas crianças nas escolas regulares, acham importante a oportunidade de estarem convivendo com outras crianças.

A P1 afirmou que “a inclusão é importante para todas as crianças, principalmente a criança com NEE, pois todos têm o direito à oportunidade de desenvolver e de integrar com outras crianças”. P2 A afirmou que “a inclusão é uma grande conquista, tanto para a criança com NEE, como também para suas famílias”. P3 destacou “a importância da criança com NEE ter a oportunidade de conviver com outras crianças, e afirmou que percebe avanços significativos no seu desenvolvimento, acredita que a interação com outras crianças motiva e favorece a aprendizagem de todas”. A P4 também percebe “a importância da inclusão e ainda avaliou como um passo importante que a educação alcançou ao garantir em lei a matrícula das crianças com NEE nas escolas regulares, mas ainda percebe a necessidade de avançar um pouco mais”, no sentido de que, nem sempre oferece as condições necessárias para a garantia da qualidade do ensino e as necessidades demandadas pelos educandos.

Na questão 3 que dizem respeito à compreensão dos docentes em relação ao termo NEE, a percepção em relação à participação das crianças com NEE, a aceitação e o convívio com os demais colegas, e ao fato de existir uma lei que garante a matrícula das crianças com NEE nas escolas regulares, docentes entrevistados unanimemente demonstraram conhecimento em relação ao termo NEE, que segundo a concepção dos entrevistados, significa crianças que necessitam de um atendimento educacional diferenciado dos demais colegas, “diferente”, devido a uma ou mais necessidades ou dificuldades, que possuem os mesmo de direitos do restante da turma.

O P1 afirma que procura incluir a criança com NEE em todas as atividades, busca alternativas e estratégias para atendê-la dentro de suas peculiaridades e necessidades, a fim de promover o desenvolvimento dessa criança, respeitando “é claro suas peculiaridades, seu tempo e modo de aprender”, os demais colegas têm uma boa aceitação, se relacionam muito bem com a criança com NEE.

Em se tratando da questão 4 em relação à inclusão das crianças estudadas na pesquisa, em relação às barreiras e/ou impedimentos, e à quantidade de alunos dentro da sala, sob a percepção dos docentes no que diz respeito à escola estar preparada para incluir de fato essas crianças, de um modo geral os quatros entrevistados apontaram que a escola está preparada sim, em parte, existem algumas barreiras que impedem e inviabilizam o sucesso do processo de inclusão. P1 apontou, dentre essas barreiras, a quantidade de alunos dentro da sala, a participação da família, a falta de acompanhamento profissional. Por exemplo, o apoio de um fonoaudiólogo que possa ajudar a criança com síndrome de down, que aos 07 anos ainda não articula, apenas balbucia algumas palavras. As dificuldades da mãe que não tem condições e

já tentou atendimento gratuito junto à Secretaria de Saúde, porém não foi atendida. P2 apontou com uma barreira a estrutura arquitetônica da escola, não existe rampa para o segundo piso do prédio, impedindo o acesso de seu aluno cadeirante ao segundo piso onde funcionam a biblioteca, e diversas salas de aula.

P3 apontou como barreira a falta de um profissional de apoio que pudesse auxiliá-la durante as aulas, também afirmou a falta de apoio familiar, a falta de capacitação para os docentes em relação à inclusão escolar, “os docentes se sentem impotentes, pois não têm a formação necessária para trabalhar com esse aluno”. P4 também apontou como principal barreira à falta de um profissional de apoio em sala de aula, pois com “a turma com 22 alunos, é um desafio, fica difícil proporcionar a criança com NEE, toda atenção que necessita, a sala de aula lotada impede que o professor consiga ter condições de atender de maneira satisfatória todos os alunos”.

Em relação às estratégias de ensino e a inclusão dos alunos com NEE com os demais colegas os docentes pesquisados afirmaram que a escola tem procurado se preparar para atender esses alunos, porém às vezes, falta investimento na infraestrutura, indicaram como uma boa estratégia o apoio de um profissional para acompanhar as crianças com NEE dentro da sala e a redução do número de alunos. Apontaram também o Atendimento Educacional Especializado - AEE, a sala de recursos que propõe um trabalho diversificado, com as crianças com NEE. Os professores especializados da sala de recurso fazem o atendimento extra turno, e, sempre que podem, estão interagindo e planejando a melhor forma de enfrentar os desafios e promover os avanços dos alunos.

Em se tratando da inclusão dos alunos e a interação com os demais colegas na sala de aula, os docentes pesquisados afirmaram que “as crianças menores acolhem muito bem os colegas, de maneira amistosa, carinhosa e estão sempre dispostos a ajudá-los nas atividades”. Já as crianças maiores de 9 anos em diante, por vezes, apresentam um comportamento excludente, “às vezes zombam, dão risadas, ignoram, discriminando as atitudes em relação ao comportamento da aluna com Síndrome de Down”.

Analisando as perguntas 5 e 6 que tratam da formação dos professores e das relações e parcerias com outros profissionais, coordenadores e equipe diretiva, unanimemente os docentes entrevistados avaliam de forma positiva o apoio recebido pelos professores e equipe pedagógica. Segundo os relatos, o apoio recebido na escola é satisfatório diante das possibilidades que ela pode oferecer. Existe uma parceria entre o profissional do AEE que atua na sala de recursos, e os demais professores, estão sempre preocupados em manter

contato, procurando esclarecer as dúvidas, planejando as estratégias para que possam trabalhar em consonância, a fim de promoverem o avanço de seus alunos. Quanto à formação, os entrevistados percebem que, na maioria das vezes, os professores terminam o curso de nível superior, no entanto, ainda não se encontram preparados para lidar com algumas situações do dia-a-dia e com os desafios que o processo de inclusão estabelece. P1 declarou que deveria existir um estágio para que o professor pudesse observar e atuar diretamente com as crianças com NEE. P2 acha extremamente importante que os professores tivessem mais oportunidades de aprendizagem, que fossem oferecidos mais cursos na área da inclusão, que tivessem mais tempo para buscarem uma formação continuada, a fim de ampliar seus horizontes. P3 também percebe que a formação do professor, na maioria das vezes, não prepara o profissional, pois na formação acadêmica, vê-se muita teoria e nada de prática. P4 também percebe ineficiência na formação acadêmica, às vezes, no professor não tem condições de buscar uma formação continuada, embora, por vezes falte também interesse e motivação.

Em relação à pergunta 7, que diz respeito à participação da família, os entrevistados apontaram como desafio a participação nem sempre efetiva das famílias na vida escolar de seus filhos com NEE. Os docentes entrevistados foram claros mostrando que a participação das famílias é imprescindível, no entanto, ainda deixa a desejar em muitas situações. Apontaram a participação das famílias como elo importante para do desenvolvimento da criança, acreditam que a parceira família e escola, devem ser sempre valorizada e fortalecida, a fim de alcançar os mesmos objetivos, o de levar à criança com NEE a desenvolver-se. P1 declarou que a mãe de sua aluna participa na medida do possível, mas percebe que a criança não é assistida em casa, em muitas questões. P2 afirma que a mãe de seu aluno é bem participativa, mas que às vezes apresenta pouco conhecimento em muitos aspectos, “às vezes a mãe demonstra pouco incentivo e parece não acreditar muito no potencial de desenvolvimento de seu filho”. O ambiente familiar é um contexto social de desenvolvimento muito expressivo, é importante que no seio da família o educando possa receber estímulos, apoio, é de extrema importância também, que o ambiente familiar seja acolhedor, que a criança com NEE possa se sentir encorajada e que suas potencialidades sejam valorizadas. P3 relatou que infelizmente a família de sua aluna com deficiência intelectual, seja pouco participativa, declarou que há bem pouco tempo é que veio conhecer a mãe de sua aluna, e que percebe pouco apoio nas tarefas de casa. P4 avalia como efetiva a participação da mãe de seu aluno que, na medida do possível, incentiva, ajuda nos deveres de casa e participa das

reuniões. Observou que, no início do ano letivo, a família, mais precisamente a mãe, tinha um pouco de receio, de medo, uma angústia, em relação à aceitação e ao convívio do seu filho com as demais crianças. Mas aos poucos, percebeu que a mãe foi ganhando confiança, ao acompanhar todo o processo de inclusão, ao ver o carinho e forma como o seu filho é tratado dentro da sala de aula.

5.2- Análise das informações produzidas pelos pais

A fim de compreender a percepção dos pais em relação ao processo de inclusão de seus filhos com NEE, no ensino regular, a presente abordagem buscou analisar os dados produzidos a partir dos instrumentos utilizados. Nas perguntas 1, 2, 3 em relação ao nascimento da criança, a reação e aceitação dos familiares, o apoio recebido e as necessidades de adaptação para receber essas crianças, evidenciou-se que a família, por mais afetuosa que seja, ao receber a notícia do nascimento de uma criança com NEE, se depara com uma situação impactante, vivenciando negação, choque, medo, culpa, insegurança. O nascimento da criança deficiente numa família provoca em grande parte, certo desconforto, faz com que todos apresentem variações de sentimentos, causados, muitas vezes, pela falta de conhecimento sobre a deficiência, pelo medo, ansiedade, pela insegurança e pela preocupação com o futuro dos filhos. Reações que, com o passar do tempo, na maioria dos casos são rapidamente absorvidas, superadas, adaptadas, e que tornam o ambiente familiar extremamente aconchegante e amoroso. Os membros da família, na maioria dos casos, como os das famílias entrevistadas, procuram meios e alternativas para ajudarem da melhor forma possível, buscando informações, tratamentos médicos, que possam favorecer o desenvolvimento das crianças com NEE.

Desde o momento em que os pais ficam sabendo da existência de uma deficiência, a preocupação com o presente e o futuro da criança aumenta enormemente. Essa preocupação de fundo acompanha a família por toda a vida, com maior ou menor intensidade dependendo dos casos, do momento evolutivo da criança, dos recursos pessoais e das condições de vida. (PANIAGUA, 2004, p. 331)

Embora na família sempre exista um fundo de preocupação em relação ao desenvolvimento atípico, exigindo mais cuidados, dedicação, será sempre um ambiente favorecedor do desenvolvimento. É na família, considerada como um dos principais contextos de desenvolvimento, que a criança aprende os princípios básicos de educação e, na escola, ela

vai ampliando estes conceitos. A descoberta de que o filho é uma criança com NEE na maioria das vezes, causa inquietação, insegurança, desconforto, incertezas que acompanham a vivência por toda a vida. E é nesse momento que a família deve permanecer unida, fortalecida, pois a aceitação é o primeiro passo para a inclusão. Quando ocorre essa interação entre os familiares a criança já chega à escola com uma base sólida, preparada, apresenta um comportamento estruturado, tornando-se mais aberta e acessível ao conhecimento. No caso das famílias pesquisadas não podia ser diferente, responderam que procuram dar todo amor, carinho e atenção às crianças, propiciando momentos prazerosos e educando da melhor forma, incentivando e, na medida do possível, tornando-as mais autônomas e empoderadas, principalmente em relação aos cuidados pessoais, propiciando assim que seus filhos possam se desenvolver.

Sobre as relações familiares, MACIEL, (2010, p.43) destaca:

Expressões de relações proximais, desenvolvidas pela família ocorrem no momento da alimentação, do brincar com membros adultos da família ou entre irmãos ou primos, em momentos de narração de histórias, na prática de atividades esportivas. Quando a família está envolvida na execução de algum tipo de tarefa complexa ou quando faz planos para o futuro, estão desempenhando atividades permeadas por processos proximais.

A família deve estar sempre incentivando a criança com NEE, motivando, criando espaços para que sua autonomia seja bem desenvolvida, que sinta respeitada e valorizada, que aprenda a lidar com suas limitações, e crie outros mecanismos de compensar suas dificuldades.

Em relação ao processo de escolarização e socialização da criança com NEE no ensino regular, sob a percepção dos familiares observa-se que os pais apontaram que os filhos estão tendo avanços significativos, perceptíveis a cada dia. Reconhecem que o processo de inclusão tem favorecido a aprendizagem, que a aceitação e convívio enriquecem as relações e permitem muitas trocas de experiências, que há valorização e aceitação por parte de todos na escola. Consideram que os professores estão preparados, que atuam de forma positiva, propondo alternativas, estratégias e adaptações, promovendo um espaço significativo na sala de aula, onde todos participam ativamente, cooperando entre si, e que essas relações favorecem a aprendizagem de seus filhos. Mostraram-se favoráveis ao processo de inclusão, acreditam que a criança com NEE tem muita capacidade, e a inclusão é uma excelente

oportunidade para que possam se desenvolver. Reconhecem as limitações, sabem das dificuldades, e sabem também que a educação inclusiva é um direito garantido em lei, e que não depende apenas da escola, é um processo permeado pelas relações entre todos os envolvidos.

As salas de aula, como locais de aquisição de aprendizagens, são mais do que paredes que as limitam, ou que o mobiliário que tradicionalmente as decora. Um contexto de aprendizagem se produz quando se participa ativamente de atividades planejadas em ambientes significativos do ponto de vista educacional. (MARCHESI, 2004, p. 269)

Ainda sob o olhar dos pais entrevistados, no que concerne a perspectiva da educação inclusiva, temos muito que avançar no sentido de eliminar as barreiras que impedem que o processo seja bem-sucedido, no sentido de melhorar a qualidade da educação ressaltaram algumas barreiras e impedimentos que por vezes inviabilizam este processo, tais como a falta de profissionais de apoio para acompanhar a criança durante as aulas, falta atendimento de outros profissionais que a necessidade demanda, como fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, a estrutura física da escola e que a quantidade de alunos na sala de aula inviabiliza um atendimento com qualidade para a criança com NEE.

A inclusão não se limita a matrícula da criança com NEE na escola regular, é preciso que a família, juntamente com a escola propicie condições de permanência, promovendo a interação dessas crianças, que devem se sentir parte integrante do processo de escolarização. Concretizar a inclusão de uma criança com deficiência intelectual implica numa mudança de paradigmas, de mobilização e articulação entre todos os envolvidos na comunidade escolar, potencializando suas habilidades em vez de realçar suas diferenças.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa, com base nas informações produzidas através dos instrumentos realizados junto aos docentes e aos familiares das crianças com deficiência intelectual, foi possível perceber grandes avanços na perspectiva da inclusão escolar. Percebeu-se no contexto da escola pesquisada um ambiente favorável ao processo de inclusão, estabelecido pelas aproximações, interações e as relações entre todos envolvidos, alunos, pais, professores, equipe de apoio e toda a comunidade escolar. Alunos com NEE envolvidos e bem aceitos por todos, tornando-se parte integrante do processo, reconhecidos pelos demais colegas e professores. Compreendendo que a percepção dos docentes em relação aos desafios que o processo de inclusão estabelece na dinâmica educacional, tem sido favorável ao processo de inclusão. Professores comprometidos, que estão buscando embasamento teórico, atrelado a prática educacional, voltada para a questão da aceitação, da valorização e do convívio com as diferenças. Uma constante preocupação com a mudança na maneira de ensinar e aprender, promovendo adaptações curriculares, estratégias de ensino, intervenções necessárias e evidentes. Com a prática pedagógica pensada e repensada sob um fazer que valorize as crianças com NEE, que mantenha um diálogo permanente com a família, com os profissionais de apoio, envolvendo toda a comunidade, tendo os mesmos ideais e objetivos focados em promover a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades. Acreditando nos potenciais dos alunos, levando em consideração seu modo singular de desenvolvimento, propiciando diferentes formas e estratégias para que se desenvolvam.

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, os docentes entrevistados levantaram como principais desafios à questão da formação acadêmica, da prática e do preparo do professor para atuar com crianças com NEE, a aceitação e o respeito em relação às diferenças e as individualidades de cada um, a falta de apoio institucional e de comprometimento das famílias, destacando a importância da socialização, da interação e dos laços afetivos que permeiam a convivência entre os colegas na sala de aula.

A presente produção foi de grande relevância para a ampliação da reflexão e do olhar do professor em relação ao processo de inclusão dos alunos com NEE. Entende-se que o tema da educação inclusiva é bem complexo, envolve diferentes esferas sociais, e está permeado por relações afetivas de interação e de convívio. Convívio este que deve estar sempre voltado para a questão da aceitação e do respeito às diferenças. Entender que cada ser humano é único

e possui características bem distintas, apresentam as mais variadas e diversificadas maneiras de aprender, já que todos são capazes de aprender. Não só porque esta é uma necessidade de todos, mas, sobretudo porque traz conhecimentos e benefícios que servem para toda vida, não importa como ou quem somos.

Em relação às adaptações curriculares, as estratégias e os processos de intervenção pode-se afirmar, a partir das observações e dados levantados nas entrevistas, que as atividades são planejadas com base nas necessidades educacionais de cada aluno e quando necessário os professores fazem a flexibilização dos conteúdos. Nesse sentido, algumas atividades são adaptadas, de forma que a criança com NEE possa ter acesso ao mesmo conteúdo, porém, por meio de diferentes estratégias pedagógicas, capazes de atingir o potencial de cada aluno. Além da proposição dessas estratégias metodológicas participativas na sala de aula regular, que possibilita a inserção do aluno com deficiência intelectual, outra estratégia é a oferta do AEE, um serviço que garante o atendimento individual de cada aluno na sala de recursos, viabilizando atividades diversificadas, o uso de multimídias, recursos tecnológicos, equipamentos e jogos pedagógicos que contribuem para que as situações de aprendizagem sejam prazerosas e motivadoras, e que certamente propiciam e promovem o desenvolvimento do aluno com NEE, respeitando suas peculiaridades e atendendo suas necessidades educacionais especiais.

A partir da elaboração desse trabalho pude constatar que a educação inclusiva prevista em lei é um direito garantido pelas conquistas dos direitos humanos e que inúmeras leis serviram como base para as tentativas de construção de propostas inclusivas, visando à reestruturação nos sistemas educacionais. Apesar das grandes conquistas e dos avanços significativos na trajetória e nos caminhos até aqui percorridos, ainda temos muito que avançar. O processo de inclusão tem sido muito discutido, analisado e avaliado por diversos estudiosos da área, como os que embasaram esta pesquisa teórica, Maria Tereza Égler Mantoan, Hugo Otto Beyer, Diva de Albuquerque Maciel, Silvine Barbato, Álvaro Marchesi, César Coll, entre outros. Estudos apontam que a educação inclusiva evoluiu como conceito e proposta institucional, caracterizando-se como um novo princípio educacional, no entanto, na prática, ainda não possuímos uma legislação essencialmente inclusiva. Acredito que a inclusão não se efetiva apenas pela matrícula do aluno com NEE no ensino regular, implica em uma mudança profunda na concepção de ensinar e de aprender, na medida em que proporciona a acessibilidade e a permanência destes alunos na sala de aula, quando pressupõe a eliminação de barreiras, sejam elas atitudinais, estruturais ou físicas, quando identifica as

dificuldades e proporciona meios para trabalhar suas potencialidades, respeitando suas diferenças, propondo novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas que favoreçam a aprendizagem das crianças com NEE.

Por enfrentarmos, na maioria das vezes, muitas barreiras que impedem e desafiam nossas ações, proponho futuros estudos que sirvam para aperfeiçoar a inclusão de crianças com NEE. Refletindo, estudando, ampliando as práticas pedagógicas, no sentido de combater e enfrentar os desafios que a educação verdadeiramente inclusiva propõe. A partir dos estudos e desta produção acadêmica posso dizer que a efetividade do processo de inclusão, requer práticas e parcerias, que vão além dos preceitos legislativos e de políticas públicas de acessibilidade. É preciso envolvimento e aceitação. Todos devem se comprometer: pais, familiares, professores, gestores, alunos. Toda a comunidade escolar deve trabalhar sob a perspectiva do olhar inclusivo. Acredita-se que, principalmente, a busca por alternativas para o atendimento das crianças que apresentam um desenvolvimento atípico, necessita ação/reflexão, pesquisas e estudos. A fim de garantir a participação e permanência dessas crianças, no ensino regular, atrevo-me a dizer que, o professor é o eixo norteador e mediador desse processo, pois está participando diretamente com este aluno. Sendo assim, deve buscar caminhos e estratégias, pensar pedagogicamente sem demarcações, sem preconceitos. Começando pela aceitação do diferente, demonstrando afetividade, compreendendo a peculiaridade do desenvolvimento humano e as interações que este estabelece com o meio a sua volta, transformando-o e sendo por ele transformado.

REFERÊNCIAS

APAE disponível em <http://www.apaesp.org.br/Paginas/default.aspx> acesso em 04 de set 2015 11:25:36

ANGELUCCI, Carla Biancha, Uma inclusão nada especial. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-17082006-154028/> Acesso em 04 set 2015, 10:47:19

BEYER, Hugo Otto. ***Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.*** Porto Alegre: Mediação, 2005.

BLATTES, Ricardo Lovatto; Org. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais** /. – 2. Ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil, FD: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In MACIEL, Diva de Albuquerque; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Editora UnB, 2010.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; Trad. Murad, Fátima – **Desenvolvimento psicológico e educação Transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais, 2ª ed.** Vol. 3. Porto Alegre, Artmed, 2004.

INCLUSÃO: Revista da Educação Especial / Secretaria da Educação Especial v.1, n. 1, out.2005, Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

KELMAN, C. A. Sociedade, educação e cultura. [S.l.: s.n], 2010.

LEANDRO, Ariane Gontijo Lopes; CRUZ, Giselle Fernandes Corrêa da. **Programa Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Defesa social de Minas Gerais: delineando uma metodologia em mediação individual e comunitária.** In: CASELLA, Paulo Borba; SOUZA, Luciane Moessa de (Coord.). Mediação de Conflitos: novo paradigma de acesso à justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 201-233. Jornada Discente PPHPBC - CPDOC disponível em cpdoc.fgv.br/jornadadiscente/ acesso em 07 de set, 15:29:25

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Miriam Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão.** In: MACIEL, Diva de Albuquerque; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Editora UnB, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér **Mesa Redonda “Políticas Públicas de Direitos Humanos e para Pessoas com Deficiência” O DIREITO DE SER, SENDO DIFERENTE, NA ESCOLA** Anais III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Ações Inclusivas de Sucesso, Belo Horizonte, 2004”.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MAZZOTA, Marcos José S. **Educação Especial no Brasil. História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Enicéia Gonçalves **Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual** *Paidéia (Ribeirão Preto)*; 21(50); 413-421; 2011-12 SciELO Brasil | Idioma: Português, disponível em <http://search.scielo.org> acesso 04 de set, 09:27: 31

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.33, pp. 387-405. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com deficiência.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência, 13 de dezembro de 2006.

Organização Mundial da Saúde. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.1.

PANIAGUA, Gema. **As famílias de crianças com necessidades educativas especiais.** In: (org.) COLL, Cesar; [et al]. **Desenvolvimento Psicológico e Educação Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**, 2ª ed. Vol. 3. Porto Alegre, Artmed, 2004. P. 330-346.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; MENDONÇA, Fabiana Luzia Rezende; MIETO, Gabriela Sousa de Melo **O processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual: contradições e desafios nos modos de aprender e ensinar**, Brasília, 2013. VELTRONE.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Brasília: Corde, 1994.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem (1896-1934).** Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores. 1989 disponível em www.institutoelo.org.br. Acesso em 04 set 2015, 10:15:24

APÊNDICES

Apêndice A (Entrevista semiestruturada para professor)

Prezado (a) Professor (a)

Estou realizando uma pesquisa, para a elaboração do trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília - EsDH- UnB, cujo tema é **A percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos com NEE na escola desafios e perspectivas.**

Por favor, responda as questões abaixo. Sua identidade será preservada e as respostas serão utilizadas somente para fins dessa produção acadêmica. Suas respostas serão de grande importância para minha formação e para o desenvolvimento de reflexões e ações sobre o tema. Por sua colaboração sou grata.

Roteiro Entrevista Semiestruturada

1-Formação:

2 - Experiência profissional e tempo de serviço:

- Na sua experiência profissional, em que momentos você atuou com crianças NEE.
- Na sua compreensão, qual a importância da inclusão para essas crianças e suas famílias?

3 – Em relação às crianças com NEE:

- Na sua compreensão, que significa NEE?
- Na sua avaliação, como as crianças NEE participam das atividades?
- Em sua opinião, como o docente se sente diante do fato de ser obrigado a atender e incluir as crianças com NEE?

4- Em relação à sua turma:

- Em relação à inclusão das crianças estudadas na pesquisa, como você considera que a escola está preparada para inclui-las?
- Na sua percepção, existe alguma barreira e/ou impedimentos que inviabilizam o atendimento? Quais seriam?
- Em sua opinião, como a quantidade de alunos impacta para que o atendimento a crianças com NEE seja de qualidade?
- Que estratégias poderiam ser organizadas para que os alunos com NEE pudessem superar suas necessidades específicas de aprendizagem dentro e fora da sala de aula?
- Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com NEE com os demais colegas?

5- Em relação às parcerias com outros professores, coordenadores e equipe diretiva, como avalia o apoio recebido?

6 – Em relação à formação dos professores, o que você acha que deveria ser feito?

7 – Em relação à participação da família:

- Como tem sido a participação da família na vida escolar dos alunos com NEE?
- Como você percebe que os pais participam do trabalho pedagógico incentivando a aprendizagem das crianças NEE?

Agradecimentos

Apêndice B (Entrevista semiestruturada para os pais)

Prezados Pais

Estou realizando uma pesquisa, para a elaboração do trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília - EsDH– UnB, cujo tema é **A percepção dos docentes e das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos com NEE na escola: Desafios e perspectivas.**

Por favor, responda as questões abaixo. Sua identidade será preservada e as respostas serão utilizadas somente para fins dessa produção acadêmica. Suas respostas serão de grande importância para minha formação e para o desenvolvimento de reflexões e ações sobre o tema. Por sua colaboração sou grata.

Roteiro de entrevista semiestruturada

I – Em relação ao Nascimento e infância da criança com NEE

- 1- Como foi para a família, receber uma criança com NEE na família? Como reagiram?
- 2- Como foi após o nascimento da criança, a família recebeu apoio? Com algum profissional especializado?
- 3- Houve necessidade de realizar algum tipo de mudança ou adaptação para recebê-la em casa?
- 4- Como os irmãos e demais familiares se relacionam com a criança com NEE?
- 5- Quem é ou quem são os responsáveis pelos cuidados com a criança?
- 6- Houve algum fato marcante na infância da criança? Relate-o.
- 7- A criança realiza atividades com alguma autonomia?

II – Em relação ao processo de escolarização e socialização da criança com NEE

- 1- Como é a educação de seu (sua) Filho (a) na escola?
- 2- Você é favorável ao processo de inclusão? Como acha que a inclusão pode trazer benefícios para seu (sua) filho (a)?
- 3- Que conhecimentos você tem sobre os direitos que a criança com NEE possui?
- 4- Você percebeu algum tipo de mudança em relação à socialização de seu (sua) filho (a) na escola? Quais?
- 5- Em relação à aprendizagem de seu (sua) filho (a) que avanços você percebeu?
- 6- Como percebe a atuação dos professores que atuam junto com seu (sua) filho (a) na escola regular?
- 7- Como ocorre o processo de inclusão do seu (sua) filho (a) com os demais colegas? As crianças com NEE são acolhidas pelos colegas? São rejeitadas?
- 8- Na sua percepção existe alguma barreira e/ou impedimentos que inviabilizam o atendimento de seu (sua) filho (a)? Quais seriam?
- 9- Como você percebe que a escola e os profissionais da equipe de apoio psicopedagógico trabalham de forma integrada em sala de aula?
- 10- Como você percebe que a direção da escola valoriza o trabalho de inclusão?

Agradecimentos

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail(opcional): _____